

ANTÓNIO MANUEL HESPANHA

**Resumo da minha intervenção no final da reunião a meu propósito
(Congresso 'Entre a História e o Direito', 27/28 Set., FDUNL e ICS)**



Não segui um texto escrito, para poder adequar-me ao contexto do que foi dito nestes dois dias. Agora, a pedido de amigos, fiz um resumo da intervenção.

Comecei por agradecer aos Colegas organizadores, todos eles meus ex-alunos ou ex-orientandos, sempre meus amigos queridos e agora meus Colegas muito prestigiados.

Para complementar – eventualmente corrigir – os vários testemunhos feitos sobre a minha carreira e a minha obra – dei conta da minha própria narrativa sobre a minha vida académica. Que, segundo mim, foi feita de muitos acasos, a maior parte dos quais (mas nem todos) com resultados por acaso felizes, muito poucas decisões e uma completa ausência de planificação da vida.

Fui para Direito porque o meu pai – que era então um notário de província, muito zeloso das suas funções públicas, e convencido de que o direito podia melhorar o mundo – não me deixou seguir arquitetura ou, depois, história. Entrei a dar aulas de História do Direito, em Coimbra, porque essa era a cadeira que estava vaga no momento em que me formei (1967) com a nota que “dava direito” a um lugar de assistente e, portanto, para a qual foi convidado (por Guilherme Braga da Cruz). Mudei de Direito Romano para História do Direito, porque, com o 25 de Abril, tive que vir para Lisboa, pelo acaso de um convite do Ministro Magalhães Godinho (que não conhecia pessoalmente) para um lugar improvável – Diretor-Geral do Ensino Superior. O corte que essa



mudança de vida provocou praticamente me forçou a seguir um campo de que gostava mais, mas que não se tinha proporcionado em Coimbra – a história do direito português e europeu, sobretudo o moderno e contemporâneo. Entrei na Faculdade de Direito de Lisboa, aqui não por acaso, mas por um concurso muito amplo, que renovou a Faculdade, depois de uns anos de grandes confrontos e confusão. Aí, fui professor de milhares de alunos durante c. de 10 anos. Doutorei-me em História porque, por estórias que não vêm ao caso num momento alegre, não me pude doutorar em Direito e porque, generosamente, alguém (Joel Serrão) aceitou a minha tese (*As vésperas do Leviathan*), já escrita e encadernada, numa Faculdade de História e Ciências Sociais (FCSH-UNL, 1986). Aí tive a sorte de encontrar alunos excelentes (também como pessoas), que procurei envolver na investigação, em seminários ligados a projetos informais de pesquisa. Passei para o Instituto de Ciências Sociais (ICS, depois, integrado na UL), já então uma instituição de excelência porque o seu diretor (Adérito Sedas Nunes) inesperadamente me convidou para entrar para lá. Por acaso, nessa altura (c. 1989) começavam os projetos de investigação avaliada da FCT, o que me permitiu formar grupos de jovens investigadores e auxiliares de investigação que, sem exceção, fizeram depois brilhantes carreiras académicas, se doutoraram em Portugal, em França e em Itália e são hoje meus colegas (desde Lisboa ao ... Kosovo). São cerca de doze e – o que não aconteceu nem com os Apóstolos – nenhum saiu chocho. Cada um é como é, todos diferentes de mim, mas todos bonitos, engraçados e muito espertos.

Alguns já têm prole ou estão a procriar e as crias são como eles. Portanto, *nature and not nurture*. Entretanto, fui conhecendo, também aleatoriamente, colegas estrangeiros (Paolo Grossi, J.-M. Scholz, Tomás y Valiente, Pipo Clavero, Fernando Bouza, Carlos Petit, J.-F. Schaub, Stuart Schwartz, Fernanda Bicalho, Ricardo M. Fonseca e outros) que me ajudaram, me ensinaram e me criaram contactos institucionais no estrangeiro. Tive a sorte de poder publicar em sítios certos e nos momentos certos, artigos ou livros que me deram visibilidade e, durante anos, vivi muito intensamente numa comunidade académica transnacional. Nunca mitifiquei isso, nem nunca me passou pela cabeça

abandonar o meu país que, de resto, tinha pago a minha formação e me tinha dado trabalho. Em 1995, o Presidente da Comissão dos Descobrimentos (Vasco Graça Moura) condicionou a sua continuação no cargo à vitória de Cavaco Silva no governo da nação ... Por acaso, Cavaco perdeu. Por acaso, o novo primeiro ministro (António Guterres) era culto, levou a sério o que Graça Moura tinha dito e, por acaso, tendo também por acaso lido coisas minhas, correu o risco de, sem me conhecer, me convidar para o cargo vago. Por acaso, a minha mulher obrigou-me a aceitar o convite com um argumento sensato: eu não iria para lá desperdiçar dinheiro, muito menos metê-lo ao bolso, e trabalharia ao estilo de nossa casa – ou seja, como então ainda se dizia, ‘como um mouro’. Na Comissão, para além de ter que me desabituar destas expressões politicamente incorretas, tive que me interessar por temas novos, como a *world history*, o pós colonialismo e a história colonial (desde Macau, onde já dava aulas, até ao Brasil). E isto pôs-me em contato com um mundo que passou a estar muito no centro da minha pesquisa – o “império” e o Brasil. Com isto, vieram novos contactos, nomeadamente com os historiadores brasileiros, que hoje são dos meus principais interlocutores. Ainda na Comissão, tive a surpresa de ser convidado por Freitas do Amaral para uma Nova Faculdade de Direito.



E, surpreendentemente, dados os meus gostos e as minhas passadas experiências, aceitei. Talvez para me desferrar da forma como terminara a minha anterior experiência docente na FD-UL. Talvez para fazer umas contas com o direito, que me aparecia (e, hoje, ainda mais) cada vez mais afastado do seu fundamento democrático e cada vez mais dependente de um grupo frequentemente parasita, elitista e prejudicial do bem comum, os juristas. Neste ocasional retorno a uma Faculdade de Direito, encontrei muitos velhos amigos da FD-UL, de que destaco os

seus sucessivos Diretores, particularmente os últimos três, gente da minha geração. Dediquei este retorno ao direito a uma tarefa que eu tenho como estratégica, do ponto de vista dos usos sociais do direito: a instilar o relativismo e a autocrítica na cabeça dos meus alunos, futuros detentores de um saber que se crê socialmente neutro e epistemologicamente infalível, o saber jurídico da modernidade. Acho que hoje se vê bem porque é que é indispensável desmitificar esta ideia incubadora de totalitarismos intelectuais e de novas formas de privação da cidadania. Isso explica a ênfase e, até, alguma agressividade que tenho posto nisto. Finalmente, uma palavra para os acasos família, que me permitiram ter, durante este tempo todo, uma vida cómoda, frequentemente à custa da incomodidade dos meus. Além de ser uma permanente fonte de exemplos e de uma doce mas inestimável disciplina. Volúveis como são as coisas, também foi um feliz acaso que esta âncora se tenha mantido firme durante, até agora, 45 anos.



Isto foi o que disse, para explicar a minha preocupação metodológica geral de “descentrar o sujeito”, colocando-o na situação mais de objeto de forças e estímulos externos do que de agente da sua própria vida. E, por outro lado, para contrapor às narrativas que liam a minha biografia como o produto exclusivo de méritos e de virtudes próprias. Ou seja, fiz uma desconstrução honesta e franca de uma biografia mítica que, sem exageros nem pieguices, alguns dos amigos talvez tenham insinuado.

Lisboa, 30.09.2012